

**HABEAS CORPUS 130.557 CEARÁ**

**RELATORA** : MIN. CÁRMEN LÚCIA  
**PACTE.(S)** : ALIANDRO SOUZA DA SILVA  
**IMPTE.(S)** : PAULO NAPOLEÃO GONÇALVES QUEZADO E  
OUTRO(A/S)  
**COATOR(A/S)(ES)** : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**DECISÃO**

HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PENAL. EXTORSÃO MEDIDANTE SEQUESTRO. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE NEGADO. PRISÃO CAUTELAR: PRESSUPOSTOS. PRÁTICA DE NOVO DELITO. REITERAÇÃO DELITIVA. HABEAS CORPUS NÃO SE PRESTA A REEXAME DE FATOS E PROVAS. PEDIDO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE E CONTRÁRIO À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. HABEAS CORPUS AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

**Relatório**

1. *Habeas corpus*, com requerimento de medida liminar, impetrado por Paulo Napoleão Gonçalves Quezado, Francisco Valdemízio Acioly Guedes, João Marcelo Lima Pedrosa e Renan Benevides Franco, advogados, em favor de Aliandro Souza da Silva, contra acórdão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que, em 1º.9.2015, negou provimento ao Recurso em *Habeas Corpus* n. 46.521-CE.

2. Narra-se na inicial:

HC 130557 / CE

*“ (...) em 16 de maio de 2008, foi instaurado mediante portaria o Inquérito Policial nº 321 – 00002/2008, para apurar a suposta prática de crime de extorsão mediante sequestro.*

*(...)*

*Em 29 de julho de 2008, o Ministério Público Estadual ofertou denúncia crime pela suposta prática de crime punido nas tenazes do art. 159, § 1º, do CPB, momento que em requereu a prisão preventiva de todos os delatados.*

*Por ocasião do despacho de recebimento da denúncia, datado do dia 07 de agosto de 2008, o ora paciente teve sua prisão preventiva decretada.*

*Indeferido o pedido de revogação de prisão cautelar, foi impetrada Ação Constitucional de Habeas Corpus perante o E. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará sob o nº 30374-79.2008.8.06.0000, a qual foi, ao final, **concedida**, em 11 de maio de 2009, **para revogar a prisão preventiva e ressuscitar a liberdade do paciente.***

*(...)*

***Assim, passou o ora paciente a responder ao processo em liberdade.***

*Ultrapassado o sumário da culpa, foi o ora paciente, condenado pelas acusações a ele imputadas (sentença de fls. 910/925), ocasião em que, o douto Juiz sentenciante **DETERMINOU A EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE PRISÃO em seu desfavor.***

*(...)*

***Imperioso anotar que fora interposto, tempestivamente, Recurso de Apelação em face da sentença condenatória, não havendo, portanto, que se falar em trânsito em julgado.***

*(...)*

*Superado este primeiro ponto, cogente observar que, no presente caso não estão presentes os requisitos autorizadores da segregação cautelar. **Não havendo que se falar em risco à ordem pública.***

*Assim, manejou-se ainda perante o Juízo de piso pedido de revogação da prisão, o qual foi indeferido.*

*Diante do constrangimento ilegal suportado pelo paciente, impetrou-se Ação Constitucional de Habeas Corpus perante o TJ/CE,*

HC 130557 / CE

a qual foi denegada por **maioria** de votos, em acórdão totalmente desprovido de fundamentação” (Evento 2, fls. 2-5, destaques do original).

3. Contra a decisão do Tribunal de Justiça do Ceará, a defesa do Paciente interpôs o Recurso em *Habeas Corpus* n. 46.521-CE e, em 1º.9.2015, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça a ele negou provimento:

“RECURSO EM HABEAS CORPUS. EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS JUSTIFICADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA VISANDO À GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ELEVADO RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. CONDENAÇÃO PELA PRÁTICA DE NOVO CRIME. RECURSO DESPROVIDO.

– A decisão do Juiz de primeiro grau, ratificada pela Corte Estadual, encontra-se devidamente fundamentada, tendo o Magistrado destacado que, durante a liberdade provisória, o recorrente foi preso pela prática de outro crime hediondo - tráfico de drogas - circunstância que demonstra o elevado risco de reiteração delitiva e justifica a necessidade da custódia para garantia da ordem pública, inexistindo constrangimento ilegal na negativa do direito de apelar em liberdade.

– Não há como acolher a alegação da defesa de que o novo crime praticado seria fruto de flagrante forjado por agentes policiais, uma vez que o recorrente já foi condenado em primeira instância pelo crime de tráfico de drogas à pena de 6 anos de reclusão e 600 dias-multa. Ademais, não é possível na via estreita do habeas corpus rever matéria fático-probatória com a intensão de desconstituir a sentença condenatória, que sequer foi apreciada pelo Tribunal a quo.

Recurso ordinário que se nega provimento” (Evento n. 11, fl. 1).

4. Daí a presente impetração, na qual os Impetrantes reiteram as questões suscitadas no Superior Tribunal de Justiça, alegando o direito de

HC 130557 / CE

recorrer o Paciente, em liberdade, da sentença condenatória.

Sustentam “que, embora o ora paciente tenha sido preso em flagrante no ano de 2011, nos autos do Processo nº 0517278-29.2011.8.06.0001 - por ter sido, supostamente, encontrado em seu poder 27 gramas de substâncias entorpecentes -, como mencionado na sentença, conforme verifica-se da documentação ora acostada ou mesmo de consulta aos autos digitais no e-SAJ/CE, mencionada decisão foi relaxada à requerimento do Ministério Público Estadual, POR SÉRIAS SUSPEITAS DE TRATAR-SE DE FLAGRANTE FORJADO” (Evento 2, fl. 6, destaques do original), pelo que “entre a duvidosa prisão do paciente no ano de 2011 e os dias decretação da sua custódia na sentença condenatória, já haviam se passado, aproximadamente, 02 (dois) anos, sem que lhe tenha sido imputada a prática de qualquer outro delito” (Evento n. 2, fls. 7-8, destaques do original).

Afirmam que

“a razão de decidir pela segregação do ora paciente do seio social, não parece razoável. Invocar o risco à ordem pública com fundamento de que o ora paciente teria sido preso posteriormente pelo crime de tráfico, especialmente quando a prisão foi relaxada por suspeitas de ter sido o flagrante forjado, é elemento insuficiente para a decretação da custódia cautelar, violando-se os termos do art. 312 do CPP, o princípio constitucional da presunção de inocência e a jurisprudência dominante deste STF” (Evento n. 2, fls. 8-9, destaques do original).

Ponderam “que a chamada execução provisória da pena privativa de liberdade, em princípio, é vedada, sob pena de se pôr em xeque a presunção de inocência. Somente se lhe admite a fim de garantir mais direitos ao cidadão submetido aos rigores da coerção estatal, efetivando-se o princípio da humanidade da pena, na sua vertente do nihil nocere” (Evento n. 2, fls. 11).

Concluem os Impetrantes que,

HC 130557 / CE

*“se o processo ainda não alcançou termo, dada a interposição de recurso de apelação e, não havendo qualquer fundamentação a revelar necessidade de encarceramento cautelar, deve-se reconhecer que não se afigura plausível a privação da liberdade” (Evento n. 2, fl. 12).*

5. Este o teor dos pedidos:

*“Ex positis, é o presente para requerer a Vossa Excelência se digne em:*

*a) conceder a medida liminar, para revogar imediatamente a prisão preventiva do paciente decretada na sentença penal condenatória, determinando-se a expedição urgente de contra mandado de prisão, assegurando ainda ao paciente, até o julgamento definitivo do writ, o direito de aguardar em liberdade o julgamento do mérito da presente impetração;*

*b) determinar a autoridade coatora que preste as informações necessárias, com a máxima urgência;*

*c) intimar o douto representante do Ministério Público Federal para que, funcionando na condição de custos legis, promova a devida apreciação da matéria;*

*d) tornar definitiva a liminar postulada, julgado, ao final, procedente o presente writ constitucional, no sentido de ab-rogar a sentença ora vergastada, no tocante a expedição de mando de prisão, revogando-se a prisão do paciente e garantindo-lhe, ainda, o direito de permanecer em liberdade até o transito em julgado da sentença penal condenatória” (Evento 2, fls. 17-18, destaques do original).*

Examinada a matéria posta à apreciação, **DECIDO**.

6. O pedido apresentado pelos Impetrantes é manifestamente contrário à jurisprudência dominante no Supremo Tribunal Federal.

7. Ao negar o direito de recorrer em liberdade e restabelecer o anterior decreto de prisão preventiva do Paciente, fundamentaram-se as instâncias ordinárias na comprovação dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, tendo reconhecido a materialidade e a autoria

HC 130557 / CE

delitivas, a gravidade concreta dos fatos (extorsão mediante sequestro praticado por sete pessoas) e a necessidade de garantia da ordem pública, ressaltando que, em liberdade, o Paciente cometeu novo crime (tráfico de drogas), evidenciando a reiteração delitiva.

Tem-se na sentença condenatória de primeiro grau:

*“(...) na noite do dia 16 de maio de 2008, por volta das 23h40min, dois indivíduos encapuzados, vestidos com uniformes da polícia militar, abordaram o ofendido José Gerson Mota Xavier, em meio a rua Amarado Bandeira, barro Barros, nesta capital.*

*Os tais homens saíram do interior de uma Hilux de cor vermelha que era dirigida por um outro indivíduo, quando se aproximaram do lesado e seu primo José Renan Gomes de Oliveira, que naquele instante se deslocavam em um Troller, tendo s inimigos da coisa alheia, de revólveres em punho, rendido à vítima e seu primo, determinando que o ofendido saísse do interior do Troller e se dirigisse a tal Hilux. Quando a vítima adentrou na Hilux, os infratores deixaram o local, levando consigo o lesado.*

*Dias depois, os sequestradores passaram a telefonar para familiares da vítima solicitando o pagamento de R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais) em troca da liberdade da mesma.*

*A polícia foi acionada e passou a monitorar, devidamente autorizada, as ligações recebidas pelos familiares do ofendido, através das quais se negociava o pagamento do resgate.*

*(...)*

*Durante um longo período a família do ofendido negociou a soltura do mesmo em troca de pagamento de resgate. O certo é que no dia 27 de maio os familiares da vítima pagaram aos sequestradores a quantia (acordada) de R\$81.500,00 (oitenta e um mil e quinhentos reais) em troca da liberação da mesma. Acontece que, insatisfeitos, os sequestradores receberam a dita quantia acordada, mas não liberaram a vítima, passando a exigir mais dinheiro em troca da liberação da mesma, obrigando a família a pagar mais R\$52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), o que foi feito no dia 14 de junho. As duas quantias foram deixadas próximo a CEASA.*

HC 130557 / CE

O certo é que o ofendido, mesmo com os dois pagamentos do resgate efetivados, não chegou a ser liberado pelos sequestradores, porém no dia 16 de junho de 2008, conseguiu fugir do cativeiro.

(...)

**Confessou** o corréu Aliandro Sousa da Silva (fls. 121/123 – interrogatório datado de 19/06/2008): ‘QUE confessa que participou na extorsão mediante sequestro em que foi vítima JOSÉ GERSON MOTA XAVIER; QUE foi convidado para participar do referido sequestro pela pessoa de MARQUINHOS a quem devia a importância de R\$10.000,00; QUE todo sequestro foi planejado pela pessoa de MARQUINHOS e RAFAEL, vulgo M7; QUE a sua única participação foi negociar a extorsão após o primeiro negociador ter desistido de tal missão; QUE passou a atuar como negociador dois o três dias depois que o sequestro tinha iniciado; Que a pedida inicial para o pagamento do resgate foi de R\$1.000.000,00, tendo o interrogado começado a falar quando a pedido de resgate já estava em R\$5000.000,00; Que, com o decorrer das negociações a pedida foi baixando, sendo exigido em seguida a pedida de R\$3000.000,00, posteriormente de R\$250.000,00 chegando ao primeiro fechamento com o valor de R\$81.500,00; Que durante as negociações o interrogado usou o nome de JACKSON para falar com o tio da vítima de nome WILSON; Que não sabe informar com precisão quantos dias já estava se desenrolando o sequestro quando se deu o primeiro pagamento; Que o primeiro pagamento foi feito em uma rua próxima a CEASA; Que com o pagamento ficaram de liberar a vítima, no entanto MARQUINHOS decidiu que a vítima não seria liberada e que seria pedido mais dinheiro, no vaso mais R\$200.000,00; Que conforme determinação de MARQUINHOS o interrogado reiniciou a negociação exigindo a pedida de R\$200.000,00 como pagamento de resgate pela vítima; Que no caminhar das negociações a exigência baixou para R\$100.000,00 finalizando com o pagamento de R\$52.000,00, tendo como local de pagamento o mesmo do primeiro resgate; Que o próprio MARQUINHOS, que reconheceu através de fotografia como sendo MARCOS ANTÔNIO DA SILVA, foi pegar o dinheiro do primeiro pagamento, enquanto RAFAEL M7 foi pegar o segundo pagamento; Que depois da prisão de MARQUINHOS,

HC 130557 / CE

RAFAEL M7 ficou no comando do sequestro; Que, quando do primeiro pagamento, no caso R\$81.500,00 o interrogado não recebeu nenhuma quantia pela sua participação ficando acertado que receberia R\$20.000,00 quando ocorresse o segundo pagamento; Que efetivamente recebeu a importância de R\$20.000,00 (...)

(...)

Posto isso, decido: (i) **declarar** extinta a punibilidade em relação ao denunciado **MARCOS ANTÔNIO DA SILVA**, com fulcro no art. 107, I, do Código Penal – por morte do agente; (ii) **julgar procedente** a acusação contida na denúncia, para **condenar CAMILLA CAMPOS FIRMIANO, PASCHOAL FIRMIANO DE SOUSA NETO, CARLOS RAFAEL MAI DA COSTA, ALIANDRO SOUSA DA SILVA, ANTÔNIO FÁBIO ALVES CLÁUDIO e JOSÉ ADRIANO MENDES DA SILVA**, qualificados nos autos, por infração ao artigo 159, <sup>o</sup>1<sup>o</sup>, do Código Penal. Consoante as regras contidas nos artigos 59 e 68 passo a individualização e dosimetria das penas.

(...)

**Em relação ao condenado Aliandro Souza da Silva**

(...)

Na forma do art. 387, § 2º, do CPP, verifica-se que o réu ficou preso, provisoriamente, pelo período de 19-06-2008 a 11-05-2009, perfazendo 11 (onze) meses e 22 (vinte e dois dias). Realizando-se a detração penal, consoante disposto no art. 33 c.c art. 42, ambos do CPB, observa-se que resta ao sentenciado cumprir a pena de **12 (doze) anos 7 (sete) meses e 8 (oito) dias de reclusão**.

O condenado deverá cumprir a pena privativa de liberdade em regime inicialmente fechado por força do art. 33, § 1º, letra 'a' do Código Penal c/c parágrafos 1º e 2º da Lei n. 8.072/90 (Dispõe sobre os Crimes Hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências). Não poderá apelar em liberdade, porquanto subsistem os motivos autorizadores da prisão preventiva, notadamente, o risco a ordem pública. É que, por fato-crime superveniente passou a responder por outra ação penal, desta feita, por tráfico de drogas.

De outra banda, a pendência do trânsito em julgado da sentença



HC 130557 / CE

*penal condenatória não obsta o início da execução provisória da pena ora imposta, consoante o entendimento da Súmula 716 do STF e das Resoluções n.º. 56/2008 e n.º. 113/2012 do CNJ*

*(...)” (Evento n. 3, fls. 33-47, destaques do original).*

Contra a negativa do direito de recorrer em liberdade, a defesa do Paciente impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Ceará e, em 27.1.2014, a Segunda Câmara Criminal denegou a ordem:

*“PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO. CONDENAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. DECRETAÇÃO NA SENTENÇA. DECISÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. CONSTATAÇÃO DE QUE O APENADO, NO CURSO DA AÇÃO PENAL, VOLTOU A DELINQUIR. REITERAÇÃO DELITIVA QUE DEMONSTRA GRAVE RISCO À ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA” (Evento n. 4, fl. 38).*

Interposto, no Superior Tribunal de Justiça, o Recurso em *Habeas Corpus* n. 46.521-CE, em 1º.9.2015 a Sexta Turma a ele negou provimento. Consta do voto condutor:

*“(...) Como se observa, embora sucinta, a decisão do Juiz de primeiro grau, ratificada pela Corte Estadual, encontra-se devidamente fundamentada, tendo o Magistrado destacado que, durante a liberdade provisória, o recorrente foi preso pela prática de outro crime hediondo - tráfico de drogas - circunstância que demonstra o elevado risco de reiteração delitiva e justifica a necessidade da custódia para garantia da ordem pública, inexistindo constrangimento ilegal na negativa do direito de apelar em liberdade.*

*(...)*

*Também não merece prosperar a alegação da defesa de que o novo crime praticado pelo paciente seria, na verdade, fruto de flagrante forjado por agentes policiais, e tal fato seria confirmado pela manifestação do Ministério público ao requerer o relaxamento da prisão em flagrante. Apesar de também estar em sede de recurso de*

HC 130557 / CE

*apelação, o recorrente foi condenado em primeira instância pelo crime de tráfico de drogas, no bojo do Processo n. 0517278-29.2011.8.06.0001-0, à pena de 6 anos de reclusão e 600 dias-multa, decisão publicada em 15.10.2014 e disponível na página da internet do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.*

*Ademais, não é possível na via estreita do habeas corpus rever matéria fático-probatória (HC n.195.883/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, DJe 7.8.2015) na intensão de desconstituir a sentença condenatória que sequer foi apreciada pelo Tribunal a quo, sob pena de indevida supressão de instância (RHC n.51974/MG, Quinta Turma, Rel. Ministro Felix Fisher, DJe 18.2.2015).*

*Assim, a decisão que concedeu liberdade provisória ao recorrente, reconhecendo, a princípio, a legalidade do flagrante, apesar da manifestação ministerial, foi superada pela sentença proferida pelo mesmo juízo, após a devida instrução do processo.*

*Presente, portanto, a reiteração delitiva em crime hediondo, não é possível concluir pela falta de fundamentação no decreto de prisão preventiva exarado quando da primeira condenação.*

*Diante do exposto, nego provimento ao presente recurso ordinário em habeas corpus” (Evento n. 11, fls. 6-8).*

8. Anote-se considerar este Supremo Tribunal Federal que as circunstâncias do caso concreto relativas à ameaça à ordem pública podem ser suficientes para o decreto da custódia cautelar e o indeferimento do direito de recorrer em liberdade, como se tem na espécie, devendo ser realçado que, após voltar ao estado de liberdade, o Paciente voltou a praticar crime, por isso tendo sido condenado, em primeira instância, pelo novo delito (tráfico de drogas), evidenciando-se a reiteração delitiva:

*“PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. FUNDADA PROBABILIDADE DE REITERAÇÃO NA PRÁTICA CRIMINOSA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A periculosidade do agente,*

HC 130557 / CE

*evidenciada pelo modus operandi, e a fundada probabilidade de reiteração na prática criminosa, constituem fundamentos idôneos para a decretação da prisão preventiva. Precedentes: HC 113.793, Segunda Turma, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJe de 28.05.13; HC 112.738, Segunda Turma, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de 21.11.12; HC 111.058, Segunda Turma, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJe de 12.12.12; HC 108.201, Primeira Turma, Relator o Ministro Luiz Fux, DJe de 30.05.12. 2. In casu, a prisão preventiva justifica-se em razão da periculosidade do paciente e da fundada probabilidade de reiteração na prática criminosa. A Corte Estadual destacou, inclusive, que o paciente, além de ser reincidente, cometeu novos delitos durante o período em que permaneceu em liberdade provisória. 3. Recurso ordinário em habeas corpus a que se nega provimento” (RHC n. 121.096, Relator o Ministro Luiz Fux, DJe 19.3.2014)*

*“HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE NEGADO. ALEGAÇÕES DE EXCESSO DE PRAZO E DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CAUTELAR IDÔNEA. SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL: NÃO OCORRÊNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. 1. Com a superveniência da sentença condenatória, que constitui novo título da prisão, está superada a questão relativa ao excesso de prazo da prisão. Precedentes. 2. Este Supremo Tribunal assentou que a gravidade concreta do crime, o modus operandi da ação delituosa e a periculosidade do agente, evidenciada pelo risco de reiteração criminosa, respaldam a prisão preventiva para a garantia da ordem pública. Precedentes. 3. Ordem denegada” (HC n. 119.790, de minha relatoria, DJe 7.2.2014).*

*“Habeas corpus. 2. Negativa do direito de recorrer em liberdade. 3. Presença dos requisitos autorizadores da prisão cautelar. 4. Constrangimento ilegal não caracterizado. 5. Ordem denegada”*

HC 130557 / CE

(HC n. 110.719, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe 16.10.2012)

No mesmo sentido, entre outros, os *Habeas Corpus* ns. 108.049, Relator o Ministro Teori Zavascki, DJe 4.4.2013; 114.298 e 115462, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe 8.4.2013; 113310, Relator o Ministro Dias Toffoli, DJe 16.4.2013; 104859, Relatora a Ministra Rosa Weber; e 114278, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe 18.12.2012.

9. Mesmo que fosse o Paciente primário, tivesse residência e trabalhos fixos e bons antecedentes, é da jurisprudência deste Supremo Tribunal que as *“condições subjetivas favoráveis (...) não obstam a segregação cautelar, desde que presentes nos autos elementos concretos a recomendar sua manutenção”* (HC n. 96.182, Relator o Ministro Menezes Direito, DJe 20.3.2009), inexistindo ofensa, nesta situação, ao princípio constitucional da presunção de não culpabilidade penal.

10. A alegação dos Impetrantes de decorrer o novo crime cometido pelo Paciente de flagrante forjado não pode ser apreciada nesta ação constitucional, porque seria imprescindível o reexame dos fatos e das provas dos autos, a que não se presta o *habeas corpus*, ressaltando, entretanto, ter havido condenação em primeira instância (Evento n. 9, fls. 3-10).

Este Supremo Tribunal assentou constituir o *habeas corpus* *“remédio processual inadequado para a análise da prova, para o reexame do material probatório produzido, para a reapreciação da matéria de fato e, também, para a revalorização dos elementos instrutórios coligidos no processo penal de conhecimento”* (HC n. 74.295, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ 22.6.2001).

11. Pela jurisprudência deste Supremo Tribunal, *“pode o Relator, com fundamento no art. 21, § 1º, do Regimento Interno, negar seguimento ao habeas corpus manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário à jurisprudência dominante, embora sujeita a decisão a agravo regimental”* (HC n.

HC 130557 / CE

96.883-AgR, de minha relatoria, DJe 1º.2.2011).

Confirmam-se também as seguintes decisões monocráticas: HC n. 122.404, de minha relatoria, DJe 14.5.2014; HC n. 121.660, de minha relatoria, DJe 25.3.2014; HC n. 120.758, de minha relatoria, DJe 7.2.2014; HC n. 119.127, de minha relatoria, DJe 3.9.2013; HC n. 118.962, Relator o Ministro Dias Toffoli, DJe 26.8.2013; HC n. 118.869, Relator o Ministro Dias Toffoli, DJe 19.8.2013; HC n. 118.662, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe 12.8.2013; HC n. 113.904, de minha relatoria, DJe 27.5.2013; HC n. 117.663, de minha relatoria, DJe 10.5.2013; HC n. 117.689, de minha relatoria, DJe 20.5.2013; HC n. 118.438, Relator o Ministro Teori Zavascki, DJe 9.8.2013; HC n. 118.477, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe 8.8.2013; HC n. 93.343, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe 1º.2.2008; HC n. 89.994, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJ 22.11.2006; HC n. 94.134, Relator o Ministro Ayres Britto, DJe 4.4.2008; HC n. 93.983, Relator o Ministro Ayres Britto, DJe 18.3.2008; HC n. 93.973, Relator o Ministro Cezar Peluso, DJe 13.3.2008; HC n. 92.881, Relator o Ministro Eros Grau, DJ 31.10.2007; HC n. 88.803, Relator o Ministro Eros Grau, DJ 23.5.2006; HC n. 92.595, Relator o Ministro Menezes Direito, DJ 5.10.2007; HC n. 92.206, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, DJ 17.8.2007; HC n. 91.476, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ 13.8.2007; HC n. 90.978, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ 13.4.2007; HC n. 87.921, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ 15.2.2006; HC n. 87.271, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ 30.11.2005; HC n. 92.989, Relator o Ministro Celso de Mello, DJe 21.2.2008; HC n. 93.219, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ 11.12.2007; e HC n. 96.883, de minha relatoria, DJ 9.12.2008.

**12.** Pelo exposto, na esteira da consolidada jurisprudência deste Supremo Tribunal, e considerando os dados constantes deste processo, **nego seguimento ao presente *habeas corpus*** (art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal), ficando, por óbvio, **prejudicada a medida liminar requerida**.

**HC 130557 / CE**

**Publique-se.**

Brasília, 2 de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**  
Relatora